

A Prática como Componente Curricular (PC) – Uma Experiência em EaD

Practice as a Curricular Component (PC) – An Experience In Distance Education

Maria do Horto Salles TIELLET*

Renata Cristina Lacerda Cintra Batista NASCIMENTO

Antonio Carlos Pereira dos SANTOS JUNIOR

Thiago Silva Garcia DUARTE

Universidade do Estado de Mato Grosso – Cidade Universitária, Cáceres/MT, BRASIL

*maria.tiellet@unemat.br

Resumo. Este artigo centra-se na Prática como Componente Curricular desenvolvida na disciplina de Educação e Diversidade do curso de Licenciatura em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil na modalidade a Distância, da Universidade do Estado de Mato Grosso. O objetivo é descrever uma vivência concreta de trabalho que possibilitou a integração dos conhecimentos teóricos e práticos no planejamento, execução e avaliação da situação de ensino aprendizagem, e analisar o relatório produzido pelas(os) acadêmicas(os) do curso. Participaram da atividade 64 discentes de cinco Polos de Apoio Presencial: Água Boa, Barra do Bugres, Sapezal, Guarantã do Norte e Diamantino. A proposta da Prática Curricular foi apresentada e discutida no espaço das aulas assíncronas, com a utilização de gravações, e síncronas, através da web conferência. O total de 15 horas da Prática Curricular foi realizado no intervalo de 18/09/2024 até 31/10/2024 quando o relatório da atividade deveria ser enviado à docente da disciplina. O modelo de relatório, com seis itens a serem preenchidos, explicitando a ação didático-pedagógica desenvolvida, foi enviado pelo ambiente virtual de aprendizagem utilizado pela Universidade, especialmente pela Diretoria de Gestão de Educação a Distância. Os resultados da Prática como Componente Curricular indicam que a autonomia deve estar no centro do processo do ensino a distância e acompanhar o percurso da construção de uma aprendizagem. Entretanto, precisa ser, na condição de habilidade, mais bem desenvolvida pelo conjunto de atores envolvidos na modalidade a distância.

Palavras-chave: Prática curricular. Educação infantil. Licenciatura em pedagogia. Educação a distância.

Recebido: 18/03/2025

Aceito: 21/07/2025

Publicado: 25/07/2025

Editores Responsáveis: Daniel Salvador/ Carmelita Portela

Abstract. This article focuses on the practice as a curricular component developed in the subject of Education and Diversity of the Pedagogy undergraduate degree course with an extension in Early Childhood Education in the distance modality at the State University of Mato Grosso. The aim is to describe a concrete work experience that made it possible to integrate theoretical and practical knowledge in the planning, execution and evaluation of the teaching-learning situation, and to analyze the report produced by the students on the course. A total of 64 students from five In-Person Support Centers took part in the activity: Água Boa, Barra do Bugres, Sapezal, Guarantã do Norte and Diamantino. The Curricular Practice proposal was presented and discussed in asynchronous classes by using recordings, and synchronous classes via web conference. A total of 15 hours of Curricular Practice was carried out between 18/09/2024 and 31/10/2024, when the activity report had to be sent to the subject teacher. The report template with six items to be filled in, explaining the didactic-pedagogical action carried out, was sent through the virtual learning environment used by the University, especially by the Distance Education Management Board. The results of the Practice as a Curricular Component indicate that autonomy should be at the heart of the distance teaching process and accompany the learning construction process path. However, as a skill, it needs to be better developed by all the players involved in distance modality.

Keywords: Curriculum practice. Early childhood education. Pedagogy undergraduate degree. Distance education.

1. Introdução

O Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 3º, inciso I, considera a educação a distância (EaD):

[...] processo de ensino e aprendizagem, síncrono ou assíncrono, realizado por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação, no qual o estudante e o docente ou outro responsável pela atividade formativa estejam em lugares ou tempos diversos (Brasil, 2025).

A EaD é uma modalidade de educação na qual professores e alunos estão separados temporal e espacialmente, porém, unidos pela tecnologia (Maia; Mattar, 2007; Grossi; Leal, 2020b). A esse respeito, Provesi (2001), nos provoca a pensar que

as definições tradicionais descrevem a educação a distância como aquela que ocorre em um momento diferente e em um lugar diferente, ao passo que definições mais recentes, possibilitadas pelas modernas tecnologias interativas, enfatizam a educação que ocorre ao mesmo tempo, porém em locais diferentes (Provesi, 2001, p.8).

“É um modelo educacional com especificidades que demandam planejamento e construção material próprio para o acompanhamento remoto e estudo autônomo” conforme Gardargi (2020, p2), a fim de que o estudante seja o agente do processo pedagógico. “A EaD é uma modalidade de educação estruturada e pensada para o público adulto”, afirma Grossi (2020, s/p), e, dentre as várias habilidades, esse público precisa ter autonomia (Silva; Pedro, 2010; Moran; Valente, 2011; Lechner, 2015; Grossi et al., 2024). A autonomia é um “sistema sócio cognitivo complexo, que se manifesta em diferentes graus de independência e controle sobre o próprio processo de aprendizagem, envolvendo capacidades, habilidades, atitudes, desejos, tomadas de decisões, escolhas e avaliação [...] dentro ou fora da sala de aula” (Paiva, 2019, p. 88-89).

Na modalidade EaD, o discente passa a ser o centro do processo, tornando-se autônomo e responsável por sua aprendizagem. O professor, deixa de ser o ator principal, assumindo o papel de mediador do processo de ensino-aprendizagem, estimulando o debate, instigando a curiosidade, promovendo a interação entre todos os atores desse processo (Oliveira, 2020). O professor proporciona, ainda, o desenvolvimento de competências e habilidades, e cria as condições para que a(o)s acadêmica(o)s vivenciem os conteúdos como conhecimento pedagógico. “Um programa de educação a distância deve proporcionar ao aluno a liberdade de experimentar, testar seu conhecimento, praticar completando tarefas, e aplicar o que discutiu ou leu” (Provesi, 2001, p.9).

Segundo Provesi (2001), “historicamente, práticas diversas desta modalidade de ensino têm sido desenvolvidas de acordo com os recursos e a filosofia das organizações provedoras da instrução. A história também mostra que mudanças chave na educação a distância foram promovidas pelos avanços da tecnologia” (Provesi, 2001, p.3). A disseminação dos meios de comunicação, de acordo com Saraiva (1996) marcaram a evolução histórica da educação a distância.

Vivemos a etapa do ensino por correspondência; passamos pela transmissão radiofônica e, depois, televisiva; utilizamos a informática até os atuais processos de utilização conjugada de meios – a telemática e a multimídia. A utilização de novas tecnologias propicia a ampliação e a diversificação dos programas, permitindo a interação quase presencial entre professores e alunos. Mas seja qual for a tecnologia adotada, a EAD terá que ter, sempre, uma finalidade educativa (Saraiva, 1996, p.19).

Em meados da década de 1990, o assunto EAD integrou a agenda dos educadores e inúmeras instituições se interessaram em utilizar essa modalidade educativa (Saraiva, 1996). Nesse

contexto, a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), no ano de 1995, segundo Zattar *et al.*(2018), em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC) e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), integra o Programa de Formação de Professores do Ensino Fundamental (séries iniciais) a Distância.

[...] iniciou o trabalho na modalidade a distância através da Coordenadoria de Educação a Distância, com núcleos organizados de forma a abranger regiões sem acesso a cursos presenciais e grande demanda de professores atuando no Ensino Fundamental sem formação superior (Unemat, 2023, p.6).

Em 2008, ao ser “criada a Diretoria de Gestão de Educação a Distância (DEAD), a UNEMAT passou a integrar o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), ligado ao Ministério de Educação pela Diretoria de Educação a Distância (DED/CAPES)” (UNEMAT, 2023, p.6). A partir de 2010, a DEAD/UNEMAT, através do Sistema UAB iniciou os trabalhos articulados na modalidade a distância com a oferta de cursos de graduação e pós-graduação *Lato Sensu*. Destaca-se que o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, pelo Sistema UAB, teve três ofertas (2014/1, 2014/2 e 2017/2), além da oferta, em execução, das turmas 2021/2 e 2023/2.

O texto em comento trata da turma de Pedagogia 2021/2, com habilitação em Educação Infantil, que tem como objetivo “o processo formativo de professores pedagogos para exercer com competência e habilidade a docência na Educação Infantil,” cuja atuação do egresso envolve ser um “profissional com registro de professor/educador na área de atuação do Pedagogo para trabalhar com a Educação Infantil em espaços não escolares, cujo conhecimento profissional pressupõe uma formação específica e permite a atuação docente autônoma” (Unemat, 2023, p.11). O Projeto Político do Curso de Licenciatura em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil se orienta nas legislações vigentes que baseiam o ensino no cenário nacional. O curso constitui-se de uma estrutura curricular de sete eixos temáticos conectados e dependentes entre si, nos “quais se agrupam as disciplinas que expressam as três dimensões fundamentais relacionadas às competências específicas conforme o art. 4º da Resolução CNE/CP nº 2/2019” (Unemat,2023, p.9)

Os sete Eixos Temáticos possuem vinculação com três dimensões fundamentais: Conhecimento; Prática profissional e Engajamento profissional. Os Eixos Temáticos: Conhecimento sobre docência e Conhecimento sobre Pesquisa em Educação compõem a dimensão denominada Prática Profissional, constituída por diferentes disciplinas que formam o grupo II – Formação Específica, cujos créditos obrigatórios conforme Instrução Normativa (IN) nº 3/2019 - PROEG/UNEMAT e Resolução nº CNE/CP nº 2/2019 “compreendem não só os conteúdos específicos e profissionais para licenciatura em Pedagogia, mas também as ferramentas necessárias para o desenvolvimento das competências e habilidades do acadêmico” (Unemat,2023, p.24).

Entre as disciplinas que constituem o grupo II Formação Específica consta a disciplina de Educação e Diversidade, cuja ementa expressa a diversidade em suas conceituações, instiga a

discussão sobre o tema direitos humanos e reafirma o direito à educação de modo a valorizar os processos de inclusão e colaborar no combate às desigualdades. A diversidade, de acordo com Amorim *et al.*, (2023, p.1) “se manifesta de diferentes maneiras na sociedade, assumindo diversas formas de expressão e denunciando desigualdades, injustiças e discriminações nos âmbitos sociais, culturais, políticos, econômicos e educacionais”.

A diversidade é um tema que tem importância na composição “das competências gerais, das aprendizagens essenciais a serem garantidas a(o)s acadêmica(o)s em todas as suas dimensões: intelectual, física, social, emocional e cultural, centrando-se no objetivo de potencializar o desenvolvimento humano pleno, de modo conectado com as demandas do século XXI” (Unemat, 2023, p.10). Isso de maneira que, entre as 16 competências, em consonância com a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), a(o)acadêmica(o) esteja apta(o) a: “*demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças* de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras” (Unemat, 2023,p.11, grifo nosso). Para tanto, destacamos a competência nove a ser desenvolvida:

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem (Unemat, 2023, p.12).

A Resolução CNE/CP, nº 2/2019, também determina que os cursos de licenciatura devem considerar, ao desenvolverem as competências profissionais explícitas na BNCC- Formação, art. 11, que sejam distribuídas, ao longo do processo formativo, 400 horas da Prática como Componente Curricular (PC).

A prática é um componente obrigatório na duração do tempo necessário para a integralização das atividades acadêmicas próprias da formação docente, e consiste no momento pelo qual se busca fazer algo, produzir alguma coisa que a teoria procura conceituar, significar e com isto administrar o campo e o sentido desta atuação” (Unemat, 2023, p.36).

Sob essa orientação, a disciplina de Educação e Diversidade tem sua carga horária fracionada de 60 horas, com 15 horas dedicadas à Prática como Componente Curricular, enquanto processo de ensino-aprendizagem envolvendo ações teóricas, reflexivas e práticas que ajudem a desenvolver competências específicas no contexto da formação docente. Também inclui desenvolver as habilidades comuns entre as três formações iniciais em nível superior, destacando-se a compreensão do conhecimento pedagógico do conteúdo proposto para o curso e a vivência dos discentes com esse conteúdo, expressa no inciso III, § 1º do art. 13 da Resolução CNE/CP, nº

2/2019. Especificamente para o curso de formação de professores multidisciplinares da Educação Infantil (§2º) deve contemplar as especificidades das escolas de Educação Infantil e as particularidades do processo de aprendizagem das crianças, nas faixas etárias da creche e pré-escola.

Os princípios didáticos de planejamento, encaminhamento e avaliação de propostas pedagógicas que tenham como referência os eixos estruturantes de brincadeiras e interações das DCNs da Educação Infantil e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC – conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se – para garantir a consecução dos objetivos de desenvolvimento e a aprendizagem organizados nos campos de experiência da Educação Infantil conforme disposto na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017, p.40)

O currículo da Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular está estruturado em cinco campos de experiência que “constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (Brasil, 2017, p.40). Dos cinco campos de experiência escolheu-se dois para a execução da PC na disciplina Educação e Diversidade.

A Prática como Componente Curricular é um momento de significar, produzir, administrar o sentido da atuação da(o)s acadêmica(o)s, no caso, dos futuros docentes da educação infantil. De modo, a articular teoria e prática por meio da Prática Como componente Curricular (Silva, 2022). A atividade desenvolvida pela(o)s acadêmica(o)s, a partir dos campos de experiência determinados (o eu, o outro e o nós/ escuta, fala, pensamento e imaginação) foi o de exercer autonomia e liberdade de escolha de ações didático-pedagógicas adequadas aos objetivos dirigidos à pré-escola, às crianças pequenas, portanto, à faixa etária do grupo de crianças de quatro a cinco anos e 11 meses. E assim, vivenciar na Educação infantil os conteúdos trabalhados na disciplina Educação e Diversidade.

O objetivo deste artigo foi de descrever a vivência das ações didático-pedagógicas desenvolvidas na PC, que possibilitou a integração dos conhecimentos teóricos e práticos no planejamento, execução e avaliação de uma situação de ensino e aprendizagem produzidos pelas(os) acadêmicas(os) do Curso de Licenciatura em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo transversal, qualitativo, descritivo que permitiu descrever a vivência de acadêmica(o)s do sétimo semestre do curso de Licenciatura em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil, na execução de ações didático-pedagógicas desenvolvidas na Prática como Componente Curricular da disciplina Educação e Diversidade. Destaca-se que a coleta de dados se deu através dos relatórios dos grupos sobre as atividades presenciais de ensino executadas em escolas de educação infantil, portanto, sem a interação direta com a(o)s acadêmica(o)s. Tal delineamento, em que os dados/informações estão agregados nos relatórios sem possibilidade de identificação individual, segundo o artigo 1º, parágrafo único, inciso V, da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, não requer registro nem avaliação pelo sistema CEP/CONEP.

A proposta da Prática Curricular e o modelo de relatório da ação didático-pedagógica foram apresentados a(o)s acadêmica(o)s durante as aulas assíncronas, através de gravações, e a exposição e debate sobre os mesmos foram feitos na aula síncrona, através da webconferência, quando também se discorreu sobre os marcos legais de proteção às crianças, reafirmando que a instituição escolar é lugar de proteção, zelo e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. E sustentou-se, objetivamente, as orientações éticas de que vídeos e fotos das crianças não fariam parte do registro da Prática como Componente Curricular.

Foram cadastrados e numerados sequencialmente, aptos a realizar a PC, 16 grupos. Pedidos de cancelamento da matrícula, desfez dois grupos cujos integrantes foram remanejados para os grupo já constituídos. Assim, as 15 horas dedicadas à Prática como Componente Curricular concentradas no intervalo de tempo de 18/09/2024 a 31/10/2024 quando foram postados no sistema *on-line* AVA, utilizado pela Universidade e, especialmente, pela Diretoria de Gestão de Educação a Distância, os relatórios das atividades presenciais dos 14 grupos.

O Relatório expõe a organização da PC estruturado de modo a fornecer informações, à Coordenação do Curso e a professora da disciplina Educação e Diversidade, sobre a ação didático-pedagógica desenvolvida nas escolas de educação infantil localizadas nos Polos de Apoio Presencial da UAB onde atua a Universidade do Estado de Mato Grosso. A PC foi desenvolvida nos polos de Água Boa, Barra do Bugres, Diamantino, Sapezal e Guarantã do Norte, localidades em que o curso de licenciatura em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil é oferecido. O Relatório foi constituído de seis itens, previamente apresentados aos discentes e aos tutores presenciais dos Polos:

- Definição do campo de experiência escolhido, o objetivo de aprendizagem desenvolvido e a ação didático-pedagógica executada.
- Planejamento da ação didático-pedagógica.
- Indicação do local e dos envolvidos na ação.
- Listagem das atividades relacionadas à ação e aos responsáveis.
- Quantificação do público atingido.
- Comentário da(o)s acadêmica(o)s sobre a Prática como Componente Curricular executada.

Dos seis itens do Relatório foram analisados os itens referentes ao campo de experiência escolhido, o objetivo de aprendizagem, as ações didático-pedagógicas e o comentário da(o)s discentes sobre as atividades desenvolvidas na PC. Após a leitura dos Relatórios, as informações foram agrupadas e organizadas em duas categorias. A categoria Campo de experiência, Objetivo de aprendizagem e Ação didático-pedagógica é apresentada de maneira a evidenciar e caracterizar como o tema diversidade, através dos dois campos de experiência indicados (O eu, o outro e o nós/Escuta, fala, pensamento e imaginação) e, dos objetivos da aprendizagem, referenciados na BNCC da Educação Infantil, foram definidos e estruturados, pelas(os) acadêmicas(os), em ações didático-pedagógicas. A segunda categoria – Percepção sobre a Prática como Componente Curricular – se destina a saber de que modo as ações didático-pedagógicas,

desenvolvidas na PC, foram percebidas pela(o)s acadêmica(o)s. E, para tal, se utilizou da técnica de análise de conteúdo de Bardin(2010).

As duas categorias buscam responder as seguintes questões: as ações pedagógicas desenvolvidas pela(o)s acadêmicas(o)s estabeleceram correspondência com os objetivos de aprendizagem dos dois campos de experiência indicados e como essas ações se relacionaram com o conteúdo teórico abordado na disciplina Educação e Diversidade? E qual a opinião da(o)s acadêmicas(o)s sobre a PC?

3. Resultados e Discussão

As ações didático-pedagógicas foram desenvolvidas em escolas pertencentes à rede municipal, envolvendo 20 professores da educação infantil, 12 técnicos administrativos, 275 crianças e 61 responsáveis legais, pais ou familiares presentes durante o desenvolvimento das ações didático-pedagógicas. As ações foram executadas por 64 acadêmica(o)s matriculados na disciplina de Educação e Diversidade, distribuída(o)s nos cinco Polos de Apoio Presencial da UAB localizados em Água Boa, Barra do Bugres, Diamantino, Sapezal e Guarantã do Norte, sob a supervisão das tutoras presenciais.

Foi dada(o) a(o)s acadêmica(o)s a autonomia (Grossi; Fonseca; Lyra, 2024) para optar entre um dos dois campos de experiência indicados: O eu, o outro e o nós ou Escuta, fala, pensamento e imaginação. Dos 14 grupos que enviaram seus relatórios, dois grupos escolheram campos de experiência diferentes dos indicados (Grupos 11 e 8), e dois grupos registraram a execução de ação didático-pedagógica que não se adequava a nenhum dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento indicados para a faixa etária de crianças da pré-escola (Grupo 5 e 7). Os quatro grupos citados não fizeram parte da lista de relatórios para análise. Os dados, dos dez relatórios analisados, foram agrupados e organizados nas categorias a seguir.

3.1 Categoria - Campo de experiência, objetivo de aprendizagem e ação didático-pedagógica

Nessa categoria apresenta-se as informações dos dois campo de experiência – o eu, o outro e o nós – e – escuta, fala, pensamento e imaginação – os objetivos de aprendizagem selecionados, as ações didático-pedagógicas correspondentes, propostas, executadas e descritas pela(o)s acadêmica(o)s.

O campo de experiência – o eu, o outro e o nós - de acordo com a BNCC, é constituído de sete objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, sendo que a(o)s acadêmica(o)s desenvolveram ações didático-pedagógicas relacionadas a somente quatro objetivos de aprendizagem: (EI03EO01) utilizado por dois grupos; e (EI03EO03); (EI03EO05); (EI03EO06) selecionados por diferentes grupos. (Ver Quadro 1).

Quadro 1 – Campo de experiência o eu, o outro e o nós.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	AÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA
(EI03EO01) Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.	Contação de história do livro “Sobre Ser Diferente.” A narrativa trabalha com as diferenças de cada um, a diversidade, a inclusão (<i>Grupo 1</i>) Contação de história do livro “Tudo Bem Ser Diferente” em uma roda com todos os alunos no chão e depois conversamos com eles sobre a diferença que cada um de nós temos (<i>Grupo 12</i>)
(EI03EO03) Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação	Contação da história do livro os “Os Três Porquinhos.” A história incentiva as crianças a refletirem que cada um tem suas próprias maneiras de agir e resolver problemas, e como essas diferenças são importantes para o grupo (<i>Grupo 10</i>)
(EI03EO05) Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive	Contação de história “Menina Bonita do Laço de Fita.” Esta narrativa aborda temas como autoaceitação, respeito às diferenças, a diversidade e o combate ao racismo (<i>Grupo 4</i>).
(EI03EO06) Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida	Contação de histórias “Lendas Bororo-Origem das Estrelas”, músicas e brincadeiras com a temática indígena. Expressa o respeito às diferenças e à diversidade cultural. (<i>Grupo 6</i>)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Constata-se que as ações didático-pedagógicas executadas se adequaram aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento relacionados ao campo de experiência – o eu, o outro e o nós – à medida que propiciaram às crianças, através das histórias contadas, o contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida e costumes (Lenda Bororo: Origem das estrelas), diferentes atitudes e maneiras de resolver problemas em grupo (Os Três Porquinhos). As crianças puderam ampliar o modo de perceber a si mesmas, a autoaceitação e a aceitação do outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças (Sobre ser Diferente, Tudo Bem ser Diferente e a Menina Bonita do Laço de Fita). Os grupos usaram a roda de conversa para, através da contação de histórias, alcançar os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. A contação de história do livro “Tudo Bem ser Diferente” e do livro “Sobre ser Diferente” como ações didático-pedagógicas foram usadas por grupos de diferentes Polos de Apoio Presencial e, utilizaram o mesmo objetivo de aprendizagem e desenvolvimento.

O campo de experiência – escuta, fala, pensamento e imaginação – referente ao grupo da faixa etária de crianças entre quatro a cinco anos e 11 meses, de acordo com a BNCC, é constituído de nove objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Três objetivos de aprendizagem do campo de experiência foram desenvolvidos: (EI03EOF01); (EI03EOF02); (EI03EOF04) utilizados por cinco grupos. (Ver Quadro 2).

Quadro 2 – Campo de experiência escuta, fala, pensamento e imaginação.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	AÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA
---	--------------------------

(EI03EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.	Contação de história “O Patinho Feio” com uso da dramatização, figurino, apresentação dos personagens, tratando dos temas inclusão, aceitação das diferenças, descoberta da identidade (<i>Grupo 3</i>)
(EI03EF02) Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos.	Apresentação de diferentes instrumentos musicais e construir versões simplificadas usando materiais recicláveis e explorar ritmo de culturas diferentes (<i>Grupo 13</i>)
(EI03EF04) Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens, a estrutura da história	Leitura do livro “O Gato Xadrez” recontar a história explorando a empatia, criatividade, identidade, diversidade, imaginação, habilidades sociais (<i>Grupo 2</i>) Leitura do livro infantil “A casa dos animais” explorar a história apresentando a casa como lugar de segurança e proteção, inclusão, aceitação das diferenças, valorização da singularidade, manifestação da identidade (<i>Grupo 14</i>) Leitura da história da Chapeuzinho Vermelho e posterior debate sobre confiança, empatia, criatividade (<i>Grupo 9</i>)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

O campo de experiência – escuta, fala, pensamento e imaginação – manifesta a importância, na Educação Infantil, de promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, “potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social”(Brasil, 2017, p.42). Os cinco grupos que escolheram o campo de experiência escuta, fala, pensamento e imaginação usaram a criatividade, a dramatização, a leitura e o recontar das histórias para explorar temas relacionados à diversidade e ao respeito às diferenças. Três grupos de um mesmo Polo de Apoio Presencial da UAB utilizaram o mesmo objetivo de aprendizagem e desenvolvimento, executando ações didático-pedagógicas diferentes.

3.2 Categoria - Percepção sobre a Prática como Componente Curricular (PC)

Outro aspecto, fruto da análise dos dez relatórios, está relacionado à comunicação escrita. No item sexto do relatório solicitamos a apreciação da(o)s acadêmica(o)s sobre a PC, enfim, a opinião dos grupos sobre a ação didático-pedagógica por eles realizada em conexão com a PC e a relação as ações com o conteúdo da disciplina Educação e Diversidade.

A Prática como Componente Curricular é uma dimensão da formação inicial de professores que consiste no momento em que uma disciplina da matriz curricular oferece carga horária que se propõe a articular teoria e prática e proporcionar experiências que ampliem e fortaleçam as dimensões da docência na(o)s acadêmica(o)s(Silva,2022). Também oferece reflexões pedagógicas ao integrar os aportes teóricos e os campos de conhecimento em educação e ensino. O pensamento de Silva (2022) de que “é possível organizar o currículo da formação docente articulando a teoria e prática ao longo de todo curso, por meio das atividades de PC” (p.10) se

evidenciou na atividade presencial proposta e desenvolvida pelas(os) acadêmicas(os). Entretanto, as opiniões da(o)s acadêmica(o)s sobre a atividade presencial realizada demonstraram a necessidade de se evidenciar a importância e o papel da PC na formação inicial docente, pontuando a articulação teoria e prática. Somente três relatórios, dos dez analisados, se manifestaram sobre a importância das atividades desenvolvidas na PC.

[...] ficou muito evidente para nós que uma atividade colocada em prática, de forma correta, é fundamental para o sucesso, pois visa integrar o aprendizado teórico com experiências práticas (Grupo 12).

[...] A colaboração docente e das crianças foi essencial para o sucesso da Prática Curricular (Grupo 13)

[...] Para nós, futuros educadores, a Prática Curricular foi uma oportunidade de vivenciar a aplicação dos princípios de Educação e Diversidade, evidenciando o potencial do lúdico como recurso pedagógico para abordar temas complexos de forma acessível e significativa para a criança (Grupo 2)

O exposto através dos grupos acima mencionados, evidencia o quanto ainda se precisa avançar, em discussões junto a(o)s acadêmica(o)s, sobre a relação teoria e prática para a formação docente. À medida que as(os) acadêmicas(os) comecem, conscientemente, a exercitar a docência quer através da PC ou do Estágio, com o desejo de agir com liberdade e autonomia (Paiva, 2019; Grossi *et al*, 2024), será possível correlacionarem os problemas vivenciados na profissão com as proposições discutidos nos livros, artigos e outras fontes consultadas na universidade. E assim, promover diálogo entre a instituição formadora de docentes e as escolas de Educação Básica (Silva, 2022).

4. Comentários finais

Partimos do comentário de que a EaD é uma modalidade que exige tanto do professor quanto do discente. Do professor, como mediador, exige planejamento e organização do processo ensino-aprendizagem, de modo a atender o objetivo da disciplina no contexto do Projeto Pedagógico do Curso, desenvolver capacidades e habilidades, além de criar condições, através de diferentes graus de independência, para que o conteúdo da disciplina se transforme em conhecimento sob o controle discente do seu próprio processo de aprendizagem. E do discente exige-se autonomia, participação ativa nas ações planejadas pelo docente, e este último desenvolva e instigue a curiosidade do discente muito além do programado para a disciplina. Isto tudo para que, além de construir conhecimentos individuais, possam desenvolver competências de trabalho em equipe e ações colaborativas na gestão das atividades presenciais programadas.

Os quatro grupos que não desenvolveram as atividades em conformidade com as orientações, supomos que, possivelmente, tenha faltado atenção, leitura, iniciativa para buscar informações,

enfim, não houve um controle do processo de aprendizagem e autonomia dos componentes dos quatro grupos, isto é, ainda não desenvolveram a autodisciplina, a automotivação, a responsabilidade e a capacidade de gerenciar o próprio tempo e regular o processo de aprendizagem, precisando de ajuda para tal. Ou, talvez, não perceberam que a liberdade de experimentar, ou a independência dada para a tomada de decisão na educação a distância, não se constitui em um *laissez faire*, apostando que o docente não avaliaria o processo, e desconsideraram que a qualidade do ensino da Educação a Distância exige compromisso docente com a formação profissional oriunda dessa modalidade.

As atividades presenciais realizadas pelos dez grupos avaliados estabeleceram correspondência entre os objetivos de aprendizagem dos dois campos de experiência indicados. A maioria dos grupos estabeleceu conexão com o conteúdo teórico abordado na disciplina Educação e Diversidade. Destacando-se a descrição de dois grupos sobre a ação didático-pedagógica que dificultou a constatação de como o tema diversidade foi tratado junto à ação. Isso nos pareceu que, nesse caso, faltou atenção ao enunciado do item solicitado no relatório e a revisão do texto ao descrever a atividade presencial. E em dois outros relatórios não foi descrito como a ação didático-pedagógica foi executada e nem há indicativo de que a diversidade tenha sido o objeto de ensino.

Constatamos que a PC proposta, de um modo geral, contribuiu para reconhecer e ampliar a autonomia discente à medida que lhe foi dada liberdade de escolha dos objetivos de aprendizagem e das ações didático-pedagógicas correspondente à faixa etária relativa à pré-escola a partir de um planejamento orientado pela docente da disciplina de Educação e Diversidade. Ao buscar, através da PC, atender os objetivos comuns da BNC- formação e da BNCC da Educação Infantil referente ao tema diversidade, o fizeram de modo a vivenciar o conteúdo da disciplina como conhecimento pedagógico aplicado à população infantil.

Os resultados da PC proposta indicam que a autonomia deve estar no centro do processo de ensino a distância e acompanhar todo o percurso da construção de uma aprendizagem discente autônoma e ativa, e, ainda, na condição de habilidade, precisa ser mais bem desenvolvida e exercida pelo conjunto dos atores envolvidos no curso de Licenciatura em Pedagogia, habilitação Educação Infantil.

Quanto a percepção da(o)s acadêmica(o)s sobre a atividade presencial proposta na Prática como Componente Curricular constatamos a dificuldade de relatar e opinar sobre a construção da própria aprendizagem e do processo de ensino por meio da ação didático-pedagógica executada. O fato de sete grupos não manifestarem opinião sobre a proposta da PC e sobre as ações didático-pedagógicas planejadas e executadas por eles mesmos, nos preocupa a medida que a formação cidadã é inseparável do pensamento crítico verbalizado ou escrito.

A PC além de ser um componente importante para a formação da identidade docente, também deve servir para avaliar e redimensionar o campo e o sentido da formação. A perspectiva da Prática como Componente Curricular proposta foi discutir a diversidade muito além de uma perspectiva de tolerância ao diferente, aos sujeitos de diferentes raças, etnias, gêneros, sexualidades, mas também a diferentes formas de ser e estar no mundo, e a garantia dos direitos humanos. Tal perspectiva tem grande relevância na formação e no papel de professoras(es) da educação infantil de modo a capacitá-las(os) a agir e a construir ações didático-pedagógicas que respeitem as diferentes existências das crianças. Sendo fundamental que a formação inicial de professoras(es) seja um espaço de discussão a respeito da diversidade e do trabalho em equipe aliada à colaboração e construção de conhecimentos individuais, que precisam ser constantemente exercitados e fortalecidos.

Biodados e contatos dos autores



TIELLET, M. do H. S. é professora sênior do Programa de Pós-Graduação em Educação, do ProfHistória e da Diretoria de Gestão de Educação a Distância - DEAD da Universidade do Estado de Mato Grosso.

Completou o seu doutorado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos-RS. É líder do grupo de pesquisa Juventude, Cultura e Políticas Públicas. Seus interesses de pesquisa incluem juventude, educação em unidades prisionais, política públicas e, escolas cívico-militares.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1794-7271>

E-mail: tiellet.maria@unemat.br



NASCIMENTO, R. C. de L. C. B. é professora do departamento de Pedagogia na Universidade do Estado de Mato Grosso. Concluiu o doutorado na Universidade Vale do Rio dos Sinos. Atua nas áreas de Metodologia do Ensino em Alfabetização e Educação a Distância. E Vice Coordenadora do grupo de pesquisa Contextos Educativos da Infância na Unemat.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3367-4944>

E-mail: renata.nascimento@unemat.br



SANTOS JUNIOR, A. C. P. dos é professor da Diretoria de Gestão de Educação a Distância – DEAD, na Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Completou o seu mestrado na Universidade de Taubaté - UNITAU. Seus interesses de pesquisa incluem Educação a Distância, Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, com destaque para tecnologias aplicadas à educação e gestão educacional. Esteve envolvido em diversos projetos de pesquisa e extensão que envolvem educação a distância e tecnologias digitais de informação e comunicação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8757-8531>

E-mail: linkon@unemat.br



DUARTE, T. S. G. é professor da Diretoria de Gestão de Educação a Distância – DEAD, na Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Completou a sua pós graduação na Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Seus interesses de pesquisa incluem Educação a Distância, Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, Matemática e Tecnologias Passivas de rastreamento online. Esteve envolvido em diversos projetos de pesquisa e extensão sobre os seguintes temas: educação a distância, matemática e tecnologias digitais de informação e comunicação.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3306-4484>

E-mail: thiagogarcia@unemat.br

Referências Bibliográficas

AMORIM, C. G. *et al.* Suturando Diversidade e Educação a Distância: análise de um curso de Pedagogia. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, [S. l.], v. 22, n. 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17143/rbaad.v22i1.668>

Disponível em: <https://seer.abed.net.br/RBAAD/article/view/668> - Acesso em: 24 dez. 2024

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edição 70, Lda, Lisboa. Portugal, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017, p. 1-56. Disponível em https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf - Acesso em 11 jul.,2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. **Decreto n 12.456 de 19 de maio de 2025**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Decreto/D12456.htm#art44 - Acesso em 11 jul.,2025.

GAIDARGI, A. M. M. Ferramentas de EaD na Educação Infantil: Revisitando a Relação da Escola para Crianças com a Tecnologia. **EaD em Foco**, [S. l.], v. 10, n. 3, 2020. <https://doi.org/10.18264/eadf.v10i3.1223>

Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1223> - Acesso em: 11 jul. 2025.

GROSSI, M. G .R. **O ensino remoto é uma modalidade de educação?** 2020. Disponível em: <https://avacefetmg.org.br/o-ensino-remoto-e-uma-modalidade-de-educacao/> - Acesso em: 11 jul., 2025

GROSSI, M. G. R.; FONSECA, R. G. P.; LYRA, L. R. O lugar da autonomia na Educação a Distância. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, [S. l.], v. 23, n. Especial, 2024. DOI: <https://doi.org/10.17143/rbaad.v23iEspecial.704> Disponível em: <https://seer.abed.net.br/RBAAD/article/view/704> - Acesso em: 24 dez., 2024.

LECHNER, G. Educação à distância: uma discussão do século xxi. **EaD em Foco**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2015. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v5i2.217> - Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/217> - Acesso em: 25 dez., 2024.

MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EaD** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MORAN, J. M.; VALENTE, J. A. **Educação a distância: pontos e contrapontos**. São Paulo: Sammus. 2011.

OLIVEIRA, D. H. I. de et al. EAD e a formação continuada de professores: processos e boas práticas. **EmRede - Revista de Educação a Distância**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 194–205, 2020. <https://doi.org/10.53628/emrede.v7i1.565> Disponível em: <https://www.auniredede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/565> - Acesso em: 24 dez., 2024.

PAIVA, L. M. O. Autonomia e complexidade. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 9, n. 1, 2019, p. 77-127. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/15628> - Acesso em: 24 dez., 2024.

PROVESI, J .R. Educação a distância: uma abordagem da teoria de estudo independente. **Contra Pontos** - Ano 1 - nº 1- Itajaí, jan/jun de 2001, p.81-89. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/41> - Acesso em 24 dez., 2024

SARAIVA, T. Educação a distância no Brasil: lições da história in **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n.70, abr./jun.1996, p. 17-27. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.16i70.2076> Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2383/2122> - Acesso em 11 jul., 2025.

SILVA, A. P. S. S. da; PEDRO, E. N. R. Autonomia no processo de construção do conhecimento de alunos de Enfermagem: o chat educacional como ferramenta de ensino. **Rev. Latino-Am.**

Enfermagem, v. 18, n. 2, p. 72-78, 2010. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/4143> - Acesso em: 24 dez., 2024

SILVA, P. J. da. A relação teoria e prática nas políticas educacionais para a formação docente no Brasil. **Revista Técnico-Científica do IFSC**, v. 1, n. 12, 2022, p.1-14. DOI:
<https://doi.org/10.35700/2316-8382.2022.v1n12.2897> - Acesso em: 08 jul.,2025.

UNEMAT. **Resolução Nº 001/2023-CONEPÉ**. Aprova a adequação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do da Educação à Distância da Universidade do Estado de Mato Grosso,2023. Disponível em:
https://dead.unemat.br/portal/docs_curso/0907202417262932693-5403-res-conepe-1-2023.pdf
- Acesso em 11 jul.,2025,

ZATTAR, N. *et al.* **UNEMAT: uma história que faz parte de muitas outras**. Cáceres: Editora Unemat, 2018. Disponível em:
<https://cms.unemat.br/storage/arquivos/editora/WOThXtwmVIW9pj0Tu4BxuYBQd4dOvuUieglZVexJ.pdf> - Acesso em: 11 jul.,2025

COMO CITAR ESTE TRABALHO

ABNT: TIELLET, M. do H. S. *et al.* A Prática como Componente Curricular (PC) – Uma Experiência em EaD. **EaD em Foco**, v. 15, n. 1, e2500, 2025. doi:
<https://doi.org/10.18264/eadf.v15i1.2500>